



FOGOCRUZADO

20

RELATÓRIO ANUAL

Região metropolitana de

SALVADOR

22



ÍNDICE

Apresentação	03
A Bahia sob fogo cruzado violência armada e os velhos desafios para um novo governo	05
Um passo para trás, para olhar para frente: o contexto baiano e a segurança pública	07
O presente brutal e uma agenda inegociável: as prioridades na Bahia quando o assunto é violência armada	08
Indicadores de um cotidiano de tiros	08
a. Perfil das vítimas	09
b. Perfil dos territórios	10
Intervenções policiais como impulsionadoras de chacinas: os artilheiros se mantiveram fazendo gols	12
A população no fogo cruzado das disputas entre grupos armados	14
Qualidade dos dados como uma demanda de política pública	15
Conclusão	16
Indicadores do Fogo Cruzado	19
Metodologia	25
Ficha técnica	27
Sobre	28

APRESENTAÇÃO

Uma notícia sobre o ‘Relatório Temático Bala Perdida’, publicada em abril de 2012 no site do Instituto de Segurança Pública, órgão do governo do Rio de Janeiro, chama a atenção para a diminuição do número de vítimas de balas perdidas no estado. O texto celebra que 2011 registrou o menor número de vítimas desde 2007: 81 baleados e 7 mortos.

Se você quiser saber como essa série histórica continua, só encontrará dados novos a partir de 2016. Naquele ano, o Fogo Cruzado começou a monitorar tiroteios no Grande Rio. A partir dos dados levantados, começamos a produzir indicadores com os recortes que os eventos de tiro sugeriam: faixa etária das vítimas, bairro, agentes de segurança baleados, vítimas de balas perdidas e muitos outros. Por isso podemos afirmar que o ciclo de redução das vítimas de balas perdidas no Rio de Janeiro foi interrompido há muito tempo. Em 2022, registramos 26 pessoas mortas e 83 feridas, só na região metropolitana da capital. Em novembro do ano passado, chegamos a 1.000 vítimas de bala perdida na nossa série histórica (entre 2016 e 2022).

A história dos dados de balas perdidas no Rio de Janeiro é apenas uma entre tantas outras que poderíamos contar para ilustrar a nossa trajetória. O Instituto Fogo Cruzado trabalha sistematicamente para mostrar à sociedade dados e informações que o Estado tenta esconder. Este é um trabalho intenso que envolve uma equipe de cerca de trinta pessoas cotidianamente monitorando eventos de tiros e tiroteios e suas vítimas. Mês a mês, ano a ano, disponibilizamos para todos os relatórios deste trabalho.

Disponibilizamos informações também em tempo real através do nosso aplicativo; no atendimento a demandas da imprensa e por meio de uma API disponível para pesquisadores de todo o país.

Abraçamos a produção de dados sobre violência armada em três grandes regiões metropolitanas brasileiras: Rio de Janeiro, Recife e Salvador, totalizando 49 municípios. Fizemos isso porque temos a convicção de que é impossível produzir políticas de segurança pública eficazes sem acesso a dados sobre o que acontece nas nossas cidades. Como prevenir balas perdidas no Rio de Janeiro se o estado sequer sabe de onde elas vêm e quem são essas vítimas?

Essa premissa não é novidade. O Pacto pela Vida, bem-sucedido e premiado programa de redução da letalidade elaborado pelo governo de Pernambuco durante a gestão Eduardo Campos, tinha como um dos seus pilares a produção de indicadores e a constante divulgação deles. O Pacto pela Vida deixou de ser uma prioridade no estado e isso se reflete de maneira bastante sólida na série histórica do Fogo Cruzado. Nossos indicadores mostram como a situação piorou e o mais básico deles resume esse quadro: 2022 foi o ano em que registramos mais mortos por arma de fogo no Grande Recife.

Em Salvador não temos exemplos da perda de qualidade na produção de dados sobre violência armada. Há muitos anos o estado é reconhecido entre pesquisadores, jornalistas e acadêmicos pela baixa qualidade na produção de informações sobre segurança pública e

pela baixa transparência. Um levantamento de 2021, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Laboratório de Análises da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que mensura a qualidade dos dados de homicídios produzidos em cada estado, coloca a Bahia na 17ª posição entre os 27 estados da Federação. Esta condição é um dos fatores que fizeram o Fogo Cruzado decidir por expandir sua operação em 2022 para lá. É hora da sociedade baiana saber o que acontece em Salvador e região metropolitana, área marcada pela alta letalidade, por chacinas policiais, por sua posição estratégica no comércio global de drogas e por uma baixa transparência na produção e tratamento de dados sobre segurança pública.

É em meio a este contexto que o presente relatório com os dados mapeados pelo Fogo Cruzado em 2022 e análises de pesquisadores de cada estado foi produzido. Falta informação, faltam políticas focalizadas na preservação da vida, faltam ações articuladas nacionalmente e agora, mais do que nunca, sobram armas nas mãos da população civil.

Uma olhada atenta nos dados que coletamos em três estados que possuem realidades muito diferentes mostram como as questões relativas à segurança pública não podem ser tratadas como casos isolados. Primeiro porque há padrões de atuação. A carência de dados de qualidade é regra. A atuação míope, ineficiente e datada contra o alastramento de grupos armados ligados ao tráfico de drogas e armas prevalece. E a estratégia do confronto aberto, marcado pela alta letalidade em ações policiais caracteriza aquilo que se chama de política de segurança nas grandes regiões metropolitanas.

Está bastante claro que serão necessárias ações nacionais se quisermos de fato tirar o Brasil da liderança mundial

do ranking de assassinatos. Os estados sozinhos não darão conta de fazer isso em uma realidade marcada por:

1. Explosão e articulação nacional de grupos armados (facções e milícias) e crescimento de sua participação no mercado internacional de drogas e armas.

2. Crescente radicalização das polícias, algo que aparece de maneira evidente nos dados de chacinas policiais.

3. Aumento exponencial da circulação de armas entre civis.

A violência armada no Brasil é tratada de maneira muito inconsistente por décadas. Isso não acontece por acaso e a nossa histórica precariedade na produção de dados favorece a perpetuação do problema e das “soluções” implementadas. Esperamos que os novos ciclos de governo que se iniciam nos estados e nacionalmente possam atentar para isso. É urgente que governantes, como gestores públicos, adotem medidas para profissionalizar a gestão da segurança pública, a exemplo do que foi realizado na educação, na saúde, na assistência social e em outras esferas da administração pública. A sociedade brasileira não suporta mais ser a sociedade da chacina, da bala perdida, do assassinato de crianças e inocentes.

Boa leitura.

Cecília Olliveira
Diretora executiva

Maria Isabel Couto
Diretora de dados e transparência

A BAHIA SOB FOGO CRUZADO

violência armada e os velhos desafios para um novo governo

Poliana da Silva Ferreira¹

Em 1º de julho de 2022, o Instituto Fogo Cruzado começou a mapear a violência armada em Salvador e região metropolitana. Naquela sexta-feira, o primeiro tiroteio registrado na base já revelava muito sobre a situação na Bahia: uma pessoa foi morta e seis ficaram feridas em um único evento, ocorrido em Salvador.

Os meses seguintes confirmaram alguns fatos já demonstrados naquele primeiro tiroteio e a gravidade da situação encontrada na Bahia. Diariamente, muitas pessoas são vítimas da violência armada. São quatro tiroteios por dia, em média. Em apenas 35% dos casos registrados não houve vítimas. A letalidade pode ser considerada alta: a cada mês, em média, 83 pessoas morrem por arma de fogo na região. São quase três pessoas mortas por dia. Finalmente: Salvador é o centro da violência armada na região metropolitana. A capital concentra 74% dos tiroteios registrados e 71% das vítimas, entre mortos e feridos.

Ao longo dos meses do segundo semestre, outras questões relevantes surgiram a partir dos dados coletados. O Fogo Cruzado registrou 100 mortos em ações ou operações policiais antes de completar 100 dias de atuação. Em seis meses, foram registradas 172 pessoas mortas em ações da polícia. Não por acaso, acontecem duas chacinas por mês, em média, fruto de ações policiais.

A coleta de dados permite também compreender a dinâmica que se estabelece entre a polícia e grupos armados e, igualmente, entre estes: reflexos, dentre outros fatores,

do atual papel que a Bahia ocupa nas disputas pelas rotas do tráfico de drogas e de armas.

Em agosto, a imagem de crianças e professores jogados no chão de uma creche no Nordeste de Amaralina para se proteger do tiroteio rodou o país. Na mesma ocasião, um templo religioso também foi atingido pelos disparos. As fontes oficiais costumam fazer comentários genéricos sobre este tipo de ocorrência. Mas sabemos que não se trata de um caso isolado. Naquele mês, o Fogo Cruzado registrou sete tiroteios no Nordeste de Amaralina.



Imagem que alertou o país sobre a situação no Nordeste de Amaralina: crianças no chão para se proteger do tiroteio. Foto: Reprodução redes sociais.

A letalidade pode ser considerada alta: a cada mês, em média, 83 pessoas morrem por arma de fogo na região. São quase três pessoas mortas por dia.

¹ Graduada em Direito pela UNEB, mestre e doutoranda pela Escola de Direito da FGV-SP. Diretora da Plataforma Justa

A recorrência dos casos não deixa dúvidas de que estão relacionados também às disputas entre grupos armados.

Os dados sobre violência armada não são uma informação isolada. Pelo contrário, eles ganham sentido quando relacionados ao contexto social. E, mais importante, podem nos ajudar a compreender as dinâmicas que se desenrolam nesse contexto. Os moradores de Salvador e região metropolitana sempre souberam como a violência armada impacta em suas vidas, já que sentem na pele as consequências do cotidiano marcado por tiroteios e pela alta letalidade policial. O que faltava era uma ferramenta prática que ajudasse a contextualizar e mensurar os impactos desta violência.

A chegada do Fogo Cruzado à Bahia permite que a população de Salvador e região metropolitana tenha, pela primeira vez, acesso a dados sistematizados sobre a violência armada. Hoje, por exemplo, é possível afirmar que a alta letalidade das operações policiais e as disputas em torno do tráfico de drogas são os motores da violência armada na região.

Dados e tecnologia podem ser grandes aliados no desenvolvimento de uma política de segurança pública eficaz, isto é, voltada para preservar a vida dos cidadãos. Sem informação, como o Estado pode definir as prioridades de atuação? Por outro lado, como a sociedade materializa suas demandas se não tem dimensão do problema?

Os dados sobre violência armada não são uma informação isolada. Pelo contrário, eles ganham sentido quando relacionados ao contexto social. E, mais importante, podem nos ajudar a compreender as dinâmicas que se desenrolam nesse contexto. Os moradores de Salvador e região metropolitana sempre souberam como a violência armada impacta em suas vidas, já que sentem na pele as consequências do cotidiano marcado por tiroteios e pela alta letalidade policial.

O que faltava era uma ferramenta prática que ajudasse a contextualizar e mensurar os impactos desta violência.

A chegada do Fogo Cruzado à Bahia permite que a população de Salvador e região metropolitana tenha, pela primeira vez, acesso a dados sistematizados sobre a violência armada. Hoje, por exemplo, é possível afirmar que a alta letalidade das operações policiais e as disputas em torno do tráfico de drogas são os motores da violência armada na região.

Dados e tecnologia podem ser grandes aliados no desenvolvimento de uma política de segurança pública eficaz, isto é, voltada para preservar a vida dos cidadãos. Sem informação, como o Estado pode definir as prioridades de atuação? Por outro lado, como a sociedade materializa suas demandas se não tem dimensão do problema?

Foi esse entendimento que norteou a criação do Fogo Cruzado e também a sua chegada à Bahia. A produção de dados, pautada por transparência e colaboração, pode ajudar a construir um futuro mais seguro para todos.

Este relatório reflete uma primeira etapa deste esforço. A partir dos dados coletados nesses seis meses, este texto se concentra sobre os desafios que o estado da Bahia precisa enfrentar em relação à violência armada. Não apenas para salvar vidas, mas também para garantir uma vida mais digna, segura e saudável para todas as pessoas, além de promover instituições mais confiáveis, responsáveis e transparentes em todos os níveis para seus cidadãos.

As perguntas-chave que orientam o presente relatório são: quais são os principais desafios para o novo governo da Bahia em matéria de segurança pública? O que precisa ser prioridade nas tomadas de decisão nos primeiros 100 dias?

Para respondê-las, olharemos brevemente para o passado, buscando entender quais são os elementos de composição do contexto no qual o maior estado da região Nordeste tem se destacado nacionalmente como um dos menos seguros para se viver. Em seguida, focaremos no presente, a partir do levantamento de dados mapeados, visando apontar as questões que precisam estar no topo das prioridades do novo governo.

Um passo para trás, para olhar para frente: o contexto baiano e a segurança pública

Não se pode olhar para o futuro sem ter clareza do que foi o passado. E não há dúvidas que para pensar estratégias de enfrentamento dos desafios no âmbito da segurança pública, precisamos entender o contexto no qual o novo governo atuará. Esta seção se dedica a lançar luz sobre as questões-chave que permitiram que a Bahia se constituísse como um território onde literalmente o sangue escorreu ladeira abaixo, quase diariamente, nos últimos anos. Para isso, propomos um breve passeio pelo passado recente.

Há mais de uma década, as mortes violentas intencionais, a alta letalidade das ações policiais e a baixa qualidade dos registros oficiais estabeleceram-se como problemas crônicos no estado. Em 2022, o Instituto Fogo Cruzado produziu um estudo inédito, a partir de dados públicos de fontes governamentais, com o objetivo de mensurar o risco e alcance da violência armada em todos os estados do Brasil e assim definir a abertura de uma nova praça do seu laboratório de dados de tiroteios. A Bahia se destacou entre os demais estados brasileiros na análise de risco de violência armada por acumular a maior pontuação geral dentre os quatro critérios escolhidos (mortes por arma de fogo, mortes violentas intencionais, dados do sistema prisional e acesso a armas).

O segundo colocado, Minas Gerais, ficou 17 pontos percentuais atrás, a maior distância entre estados do ranking.

A Bahia ainda liderou o ranking de duas das quatro categorias escolhidas (mortes por arma de fogo e mortes violentas). Acumulou, também, o maior número de vítimas letais de arma de fogo desde 2004 e registrou uma das maiores porcentagens de agressões por arma de fogo dentre os assassinatos registrados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Datasus (78%). Apesar disso, entre 2018 e 2021, os registros de posse de armas no estado triplicaram. A Bahia ainda é responsável por um dos maiores números de mortes decorrentes de intervenção policial do país. Entre 2015 e 2020, 17% de todas as mortes violentas no estado foram fruto de atuação policial.

A gravidade do quadro de insegurança e risco de violência armada não passou despercebido. O noticiário matinal também lembrou aos baianos diariamente que os homicídios dolosos e as mortes decorrentes de intervenções policiais constituem o carro-chefe da longa lista de problemas que afetam a segurança pública na Bahia — quase sempre impulsionados pelas greves de policiais, que atormentam os baianos desde a década de 2000.

Em 2015, a Bahia ganhou destaque nacionalmente em função da Chacina do

A Bahia ainda é responsável por um dos maiores números de mortes decorrentes de intervenção policial do país. Entre 2015 e 2020, 17% de todas as mortes violentas no estado foram fruto de atuação policial.

Em 2015, a Bahia ganhou destaque nacionalmente em função da Chacina do Cabula, uma tragédia que deixou 12 pessoas mortas e outras seis feridas após uma ação policial no dia 6 de fevereiro daquele ano, poucos dias antes do tradicional carnaval de Salvador. As vítimas tinham entre 16 e 28 anos. Em poucos meses, os policiais já haviam sido absolvidos sumariamente, sob o argumento da legítima defesa. O caso teve sua continuidade garantida na Justiça graças às articulações populares — em especial à atuação da Campanha Reaja — e da Defensoria Pública do Estado.

De 2015 para cá, a Bahia continuou enterrando corpos e disputando as piores posições no cenário nacional. Segundo os dados compilados anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2015 e 2021, foram mais de 46 mil mortes violentas intencionais (MVI). Se os números absolutos já são estarrecedores, quando olhados em perspectiva comparada, são ainda piores. Na Bahia, habita 7% da população brasileira, mas são registrados 12% das mortes violentas no país, as taxas de MVI a cada 100 mil habitantes no estado nos últimos 10 anos são quase o dobro da média nacional — respectivamente 43,7 e 26,5.

Os dados apresentados são um verdadeiro termômetro que ajudam na construção e na avaliação de parâmetros nacionais de segurança pública e sinalizam a situação específica de uma dada região, permitindo que intervenções públicas mais qualificadas sejam feitas nas áreas com maior incidência, pelos municípios, estados e pelo governo federal.

Neste breve retrospecto, pode-se dizer que a Bahia está em estado de alerta.

O presente brutal e uma agenda inegociável: as prioridades na Bahia quando o assunto é violência armada

Nesta seção, apresentaremos os quatro desafios que emergiram como cruciais do levantamento de dados que realizamos. Conforme veremos no item 1, o caráter difuso da ação e a relativa concentração dos efeitos, já tornariam os tiroteios um problema preocupante. Mas a agenda da segurança pública na Bahia, que precisa ser prioritária, se torna ainda mais clara e inegociável quando observamos três outros pontos: as operações policiais que podem potencializar nefastas consequências dos tiroteios; as disputas de território entre grupos armados que desestabilizam a rotina das pessoas; e como a qualidade dos dados impacta na elaboração de propostas de enfrentamento deste grave problema social.

1. Indicadores de um cotidiano de tiros

Somente no último semestre de 2022, o Fogo Cruzado contabilizou 753 tiroteios ou disparos de arma de fogo, dentre os quais 65% resultaram em pessoas baleadas, apenas na Região metropolitana de Salvador.



População baiana protesta e cobra punição dos culpados pela chacina do Cabula. Foto: OAB/BA

Dentre os corpos baleados, a morte surgiu como destino para 499 pessoas. Outras 164 ficaram feridas. Um ritmo frenético que produziu uma média de quatro pessoas baleadas por dia.

A violência armada “tocou o terror” sem intervalo e se disseminou nos mais diferentes contextos e lugares, e com distintas motivações:

Tabela 01: Situações	
Perseguição	58
Ataques armados sob rodas	19
Bar	13
Feminicídio	04
Tiroteio contínuo	04
Ataque a político	02
Presídio	02
Shopping	01

Tabela 02: Motivos	
Homicídio/Tentativa	363
Ação/operação policial	244
Roubo/Tentativa	107
Disputa	104
Briga	16
Tiros a esmo	15
Ataque a civis	08
Sequestro	06
Rebelião/Fuga de presos	02
Tortura	01
Suicídio	01

Tabela 03: Casos de Chacina	
Chacinas (Total)	
Tiroteios/Disparos	18
Mortos	60
Feridos	07
Total de Baleados	67

03 ou mais civis mortos por armas de fogo em uma mesma situação

Essa diversidade de situações nas quais os tiroteios/disparos de arma de fogo ocorreram podem dar a impressão de que qualquer pessoa pode ser atingida. Em tese, até poderia, afinal de contas perseguições e ataques armados em vias públicas colocam qualquer cidadão e cidadã na mira do fogo cruzado. Mas o que os dados revelam é haver uma concentração espacial, racial e geracional entre aquelas pessoas baleadas.

a. Perfil das vítimas

A maioria das pessoas baleadas eram adultas (95%) e do sexo masculino (88%). Compreender o perfil dos alvos da violência armada, saber que as armas afetam sobretudo homens jovens é essencial para propor políticas que ajudem a reduzir essas mortes. No entanto, essas informações não são suficientes para desenhar medidas eficientes de prevenção de homicídios. Saber a cor das vítimas é fundamental, visto que já se sabe que no Brasil um jovem negro tem três vezes mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo dados do informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2019), do IBGE.

O problema é que, no levantamento de informações realizado pelo Instituto Fogo Cruzado a partir do debate público, é possível reconhecer a faixa etária das vítimas em todos os casos. Não há registro do gênero em 2% dos casos. Mas a coisa fica ainda pior quando se trata da cor: a falta de informação é a regra e não sabemos a cor das vítimas em 73% dos casos.

A falta de informações é por si só uma informação importante. Apesar da raça ser um elemento-chave para compreender a dinâmica das mortes violentas no país, o debate público insiste em não tratar, em não tornar pública a cor das vítimas. O que não é falado, não é compreendido; é como se não existisse. O problema é varrido

para debaixo do tapete e a desinformação permite aos governos negar padrões de racismo.

Tabela 04: Cor/Raça

Cor/Raça	Feridos	Mortos
Amarelo	01	--
Branco	04	27
Não Identificado	145	338
Negra	14	134

Esse contexto de ausência de dados qualificados e controle de narrativas torna a produção cidadã de dados de suma importância. O que os governos tentam esconder, cabe à sociedade expor e exigir mudanças. Se os dados sobre a cor das vítimas não são produzidos, outros aparecem e ajudam a compor o retrato do racismo na nossa sociedade. Um exemplo é a violência que afeta trabalhadores informais, majoritariamente negros¹, como vendedores ambulantes, mototaxistas, rifeiros, entregadores e motoristas de aplicativos. Na Região metropolitana de Salvador — onde 85,7%² da população é negra — ao menos 34 trabalhadores das categorias acima foram baleados. O número é superior àquele registrado no mesmo período nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e do Recife, onde respectivamente 53,8%³ e 67,4% da população residente é negra.

Importante salientar que a concentração das ocorrências sobre os adultos não ofusca a dimensão intergeracional da violência armada na Bahia: cinco crianças foram baleadas no período analisado, esse valor corresponde a 0,8% do total, mas esse número jamais traduzirá a dor dos pais daquela criança cuja bala levou-a a óbito no mês de agosto. Já os adolescentes,

20 foram baleados, isto é, 3% do total, mas nesse conjunto, 70% foram a óbito. Os idosos corresponderam a 1,2% do total de baleados, mas para essas pessoas os tiroteios são ainda mais fatais: 75% desse grupo etário não resistiu ao tiro e morreu.

A sobrerrepresentação de pessoas negras, o caráter intergeracional e a intensa presença de profissões tradicionalmente exercidas por homens negros de baixa renda, pelo menos na Bahia, mostram que embora as ações que desencadeiam baleados sejam difusas, há uma concentração da vitimização sobre corpos negros.

b. Perfil dos territórios

No período analisado, 74% dos tiroteios foram registrados na capital e 26% em outras cidades da região metropolitana — destaque para as cidades de Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho, que encabeçaram o número de tiroteios, atrás de Salvador - municípios que, embora tenham índices de desenvolvimento humano considerado alto e médios, não foram poupados da violência armada:

Lauro de Freitas, BA

IDHM 2010 - 0,754 - FAIXA DO IDHM - Alto

Tiroteios/Disparos	34
Feridos	09
Mortos	20

Se os dados sobre a cor das vítimas não são produzidos, outros aparecem e ajudam a compor o retrato do racismo na nossa sociedade.

¹ - Levantamento da FGV apontou que, em 2018, entre 64% e 66% dos trabalhadores informais eram pretos ou pardos.

² - REF. <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

³ - <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>

Camaçari

IDHM 2010 - 0,694 - FAIXA DO IDHM Médio

Tiroteios/Disparos	74
Feridos	08
Mortos	51

Simões Filho, BA

IDHM 2010 - 0,675 - FAIXA DO IDHM - Médio

Tiroteios/Disparos	30
Feridos	05
Mortos	32

A alta concentração de tiroteios na capital não se repete quando observamos a distribuição de casos por bairro. Nenhum bairro registrou mais de 4% dos tiroteios da região metropolitana de Salvador e, quando observamos apenas os bairros da capital, a concentração não ultrapassou 5%. Isso significa não haver, portanto, um território onde a violência armada ocorre de forma mais sistemática e cotidiana. Não existe um bairro mais perigoso.

A dispersão da violência armada não deve, no entanto, esconder outros padrões importantes, como a racialização da concentração dos tiroteios e a proteção dos bairros nos quais a maioria da população residente é branca. Dos 161 bairros reconhecidos pelo IBGE à época do Censo de 2010 — último disponível — 154 eram compostos por população residente majoritariamente negra — sendo que 108 possuíam população negra acima da média da cidade — e apenas oito possuíam maioria branca. Observando como a violência armada se distribui entre esses bairros, percebemos claramente uma tendência de maior concentração em bairros majoritariamente negros:

■ Dos 121 bairros de Salvador que registraram tiroteios, 79 (65,2% do total) possuem

população residente negra acima da média de Salvador e concentraram: 82,8% dos tiroteios, 80,3% dos tiroteios em ações/operações policiais, 85,2% dos mortos e 73,8% dos feridos;

■ Dos 10 bairros com mais tiroteios, todos têm maioria negra, acima da média da capital;

■ Dos 10 bairros com mais tiroteios em ações/operações policiais, todos têm maioria negra e apenas um (Brotas) tem porcentagem de população residente negra abaixo da média da capital;

■ Dos 14 bairros em que todos os tiroteios ocorreram em ações/operações policiais, oito têm maioria negra acima de Salvador, quatro têm maioria negra abaixo do patamar médio da capital (Matatu, São Rafael, Porto Seco Pirajá e Roma), um tem maioria branca (Patamares) e um não constava no Censo de 2010 (Dois de Julho);

■ Os oito bairros de maioria branca de Salvador representam 7,6% do total de bairros e 5,2% da população da capital. Destes, sete registraram tiros (todos menos Graça) e concentraram: 2,6% dos tiroteios, 2,2% dos tiroteios em ações/operações policiais, 2,6% dos mortos e 5,3% dos feridos.

Os números acima não deixam dúvidas. Se faltam informações sobre o perfil racial das vítimas, os dados espacializados demonstram claramente que a violência armada está sobrerrepresentada nos

bairros de maioria negra. E essa realidade não é apenas fruto do acaso, ela é reforçada pelo padrão de atuação das próprias forças policiais. Embora Salvador seja uma das capitais mais negras do Brasil, a distribuição das pessoas nos territórios da cidade obedece a uma geografia que valoriza a segregação racial em detrimento de uma densidade populacional mais equânime. Passados 135 anos de fim da escravidão negra no país, Salvador conserva uma elite branca que se mantém numa redoma de privilégios. Um desses privilégios é o de ter menor probabilidade de ser baleado e de viver em áreas menos afetadas pela violência armada.

2. Intervenções policiais como impulsionadoras de chacinas: os artilheiros se mantiveram fazendo gols

Não há dúvidas que um dos mais importantes desafios da segurança pública na Bahia é o controle da polícia, como revela o levantamento que realizamos. Os dados apontam que, somente nos últimos seis meses, a intervenção das polícias foi responsável por $\frac{1}{3}$ dos casos de tiroteios (244) e das mortes por arma de fogo (172) em Salvador e região metropolitana. Para os cidadãos baianos essa quantidade certamente assusta, mas não surpreende, dado o histórico de episódios letais envolvendo a participação da polícia no estado. Lamentavelmente, esses números refletem uma lógica de segurança pública e de policiamento que tem se consolidado no estado, na qual a polícia acaba sendo uma das protagonistas da produção de mortes violentas. Não é demais lembrar

que em 2015, quando a Polícia Militar do estado da Bahia promoveu uma das maiores tragédias da história recente de Salvador, o evento que ficou conhecido por “Chacina do Cabula”, que deixou 12 pessoas mortas e seis feridas, o então governador, Rui Costa (Partido dos Trabalhadores), veio a público para fazer uma das mais violentas declarações já feitas por um chefe do Poder Executivo em circunstâncias como aquela.

Ao ser procurado pela imprensa horas após o resultado do suposto confronto entre policiais militares e suspeitos, ecoando uma perspectiva de policiamento que despreza a vida dos baianos, o governador avaliou a trágica ação dos policiais comparando-a aos gols feitos por artilheiros em partidas de futebol: “É como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol”⁴. De um lado, a declaração polêmica teve forte carga simbólica e produziu efeitos reais no imaginário de uma sociedade que acredita que “bandido bom é bandido morto”. De outro lado, os familiares das 12 vítimas diretas esperavam por uma declaração de condolências, que pudesse construir alguma expectativa por responsabilização administrativo-disciplinar⁵. Mas a declaração do mais alto chefe da polícia certamente serviu de combustível e incentivo para o surgimento de novos artilheiros em um estado com uma longa história de violência brutal.

O episódio não serviu de aprendizado e outras chacinas seguiram ocorrendo ao longo dos anos como produto direto de intervenções policiais em todo o estado. Apenas para lembrar: em 2016, na cidade de Brumado, centro-sul do estado, um pai e três filhos foram mortos em suposto confronto com a polícia⁶; em 2017, a PM deixou cinco vítimas fatais na cidade de Jaguaquara, sudoeste da Bahia; em 2018, em Ibirataia, região sul da Bahia,

⁴ - Rui Costa e os artilheiros (<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/e-como-um-artilheiro-em-frente-ao-gol-diz-rui-costa-sobre-acao-da-pm-com-doze-mortos-no-cabula/noticia/nid/e-como-um-artilheiro-em-frente-ao-gol-diz-rui-costa-sobre-acao-da-pm-com-doze-mortos-no-cabula/>)

⁵ - Ferreira, Poliana da Silva. Unindo pontas soltas: racismo institucional, letalidade policial e sistema de justiça. Revista Videre, 2021, 13.28.

⁶ - Pai e 3 filhos (<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/10/pai-e-tres-filhos-morrem-em-confronto-com-pm-em-brumado-na-bahia.html>)

quatro pessoas foram mortas em suposto confronto com policiais militares⁷; em 2019, desta vez na região metropolitana de Salvador, a PM deixou três vítimas fatais, na cidade de Lauro de Freitas⁸. Naquela ocasião o estado ocupava a terceira posição entre os estados brasileiros com o maior número de pessoas mortas pela polícia no 1º semestre de 2019⁹. Entre as que ganharam repercussão nacional, figura também a chacina da Gamboa, que devastou a comunidade, localizada na região central da capital, na madrugada de 1º de março de 2022. Três jovens, entre 16 e 22 anos, todos negros, foram mortos durante uma ação de policiais militares.

Olhadas individualmente, essas chacinas podem passar despercebidas para a maioria da população, como casos isolados. A falta de conhecimento possibilitada pela ausência de informações permite justamente que governos mascarem práticas cotidianas como exceções. Mas a produção cidadã de dados pode ajudar a revelar o que antes estava escondido. As chacinas, ao menos na região metropolitana de Salvador, não são exceções, é rotina.

Em seis meses, o Instituto Fogo Cruzado registrou 18 chacinas nessa região: 13 delas resultaram de ações ou operações policiais. E as chacinas policiais não são apenas mais frequentes, também deixam mais vítimas: três em cada quatro mortos em chacinas resultaram de ações policiais. A frequência das chacinas na região metropolitana de Salvador — em média duas a cada três

semanas — chegam perto das do Grande Rio, conhecido como um dos territórios de maior violência policial do Brasil e local da emblemática chacina do Jacarezinho, que resultou em 27 civis e 1 policial mortos em plena pandemia. Mas se engana quem acredita que com isso, o problema da violência policial na Bahia é menos grave que o do Rio de Janeiro. É provável que seja pior. Em 2021, a região metropolitana do Rio de Janeiro, que concentra 75% da população do estado, foi responsável por 73% das mortes violentas por arma de fogo e 89% das mortes decorrentes de intervenção policial. No caso da Bahia, a região metropolitana de Salvador concentra 27% da população do estado e é responsável por 35% das mortes por arma de fogo. Não se pode dizer a concentração de mortes decorrentes de intervenção policial, porque a Secretaria de Segurança Pública não divulga esses dados abertamente. Mas dada a distribuição territorial da violência armada no Rio de Janeiro, muito mais concentrada na região metropolitana da capital do que no caso baiano, tudo indica que é provável que o problema das chacinas policiais na Bahia seja ainda mais grave.

Se engana também quem acredita que a brutalidade policial se restringe às chacinas. Esta é, certamente, a sua faceta mais escancarada, mas não a única. As chacinas policiais são o resultado mais trágico de políticas de segurança pública que priorizam a letalidade em detrimento da garantia de vida da população — seja deliberadamente ou por negligência. É resultado da falta de preparo e profissionalismo das forças de segurança, da impunidade e da falta de compromisso de lideranças políticas com a população, especialmente o povo mais pobre e que vive nas periferias. Mas seus resultados transbordam a segregação socioespacial. Em apenas seis meses

⁷ - caso sul da Bahia (<https://noticiadabahia.com.br/policial/quatro-homens-morrem-em-confronto-com-pms-no-sul-da-bahia/>)

⁸ - caso lauro (<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/05/19/tres-suspeitos-de-envolvimento-em-chacina-na-ba-sao-mortos-em-confronto-com-policia.ghtml>)

⁹ - segundo levantamento realizado pelo G1, o portal de notícias da Globo, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/10/14/monitor-da-violencia-bahia-e-3o-estado-com-maior-no-de-pessoas-mortas-pela-policia-no-1o-semester.ghtml>)

de atuação, o Instituto Fogo Cruzado 56 perseguições policiais com troca de tiros, que resultaram em 48 mortos e 10 feridos.

Tiroteios em perseguições policiais



Perseguições
policiais

56



Mortos
48



Feridos
10

Estes dados, somados ao aumento recente das mortes decorrentes de intervenção policial na Bahia — de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve crescimento de 37% nesse tipo de homicídio no biênio 2020/2021, comparado ao biênio anterior — devem servir de alerta para a necessidade de tornar o controle da polícia uma pauta prioritária na agenda do novo governo estadual, rompendo, assim, com a lógica que tem se consolidado no estado, na qual a polícia tem ganhado destaque nacional como uma das que mais matam no Brasil.

3. A população no fogo cruzado das disputas entre grupos armados

O estudo que embasou a vinda do Fogo Cruzado à Bahia aponta a posição estratégica que o estado assumiu na geopolítica do mercado ilegal de drogas, tanto para o tráfico internacional quanto para o consumo local. Segundo pesquisadores, o Bonde do Maluco (BDM) e o Comando da Paz (CP) são as principais facções da Bahia, mas as autoridades governamentais, convencionalmente, escolhem não falar publicamente sobre o tema. É como se ignorar a existência dos grupos armados fosse a solução para um problema que tem — além de nome, símbolos e números de identificação — impacto cotidiano na vida das pessoas. O Estado se abstém de produzir informações de inteligência sobre esses grupos — o que permitiria frustrar movimentos de expansão territorial

e desarticular esquemas sofisticados de lavagem de dinheiro, por exemplo — para investir na política do confronto armado: mais perigosa para a população e mais custosa para os cofres públicos, mas que traz visibilidade direta para o próprio Estado.

A desinformação proposital contribui assim para a perpetuação de políticas públicas ultrapassadas que, por sua vez, sujeitam a população a um ciclo interminável de violência e medo. Diante desse modo de atuação do Estado, as facções e milícias se multiplicam e contribuem para o agravamento do número de mortes violentas, bem como para a atmosfera de terror vivenciada por moradores dos locais onde esses grupos se estabelecem. Entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, o Fogo Cruzado registrou 104 tiroteios motivados por disputas em Salvador e RMS: foi a quinta causa mais comum de tiroteios. Estes eventos deixaram 45 mortos e 28 feridos. Destas vítimas, sete foram atingidas por balas perdidas; quatro morreram. Gente que nada tinha a ver com as atividades desses grupos pagou com a vida. Uma delas, a idosa Janete do Carmo Batista, 70, foi atingida enquanto descansava na varanda de casa, no bairro de Massaranduba, na capital. A aposentada chegou a ser socorrida, mas não resistiu e morreu no hospital. Nem mesmo um bebê de 1 ano e 3 meses, filho de um alvo, escapou à fúria de um ataque ocorrido em Vera Cruz, na RMS. Baleada, a criança foi socorrida; enquanto o pai, sem chances, morreu em via pública.

Os tiros, mesmo quando não resultam em morte, aterrorizam famílias que, quando podem, optam por mudar de bairro. Só no mês de dezembro, o Fogo Cruzado mapeou 12 tiroteios no bairro de Fazenda Coutos. Um deles, registrado em vídeo por moradores, mostra ao menos duas casas completamente cravejadas de balas. O local é palco da disputa entre o BDM e a Tropa do A, formada por ex-membros do Comando Vermelho (CV),

do Rio de Janeiro e é exemplo das consequências do negacionismo do Estado. Quem paga a conta, infelizmente, é a população que fica sob fogo cruzado.

4. Qualidade dos dados como uma demanda de política pública

Informação é uma pré-condição essencial para a produção de boas políticas públicas. Os problemas a serem enfrentados pelos novos governos são muitos e os recursos disponíveis para resolvê-los são escassos. Justamente por isso, é imprescindível atuar com inteligência, investir os recursos públicos onde eles possam gerar o maior impacto e onde a população mais precise. É também importante que os governos ajam com transparência. Eleitos pelo voto popular e gestores de recursos públicos, os governantes devem à sociedade serem claros a respeito de como e por que decidem investir recursos para resolver problemas.

Hoje, no entanto, a Bahia se encontra em uma situação delicada quando o assunto se refere a dados de segurança pública. Um jornalista ou pesquisador que busque dados para construir um diagnóstico da situação de segurança no estado encontrará mais ausências do que respostas. O último levantamento nacional sobre transparência em dados de segurança pública, publicado pelo Instituto Tolerância em 2016¹⁰, indicou que a Bahia era o 8º estado do país no ranking de transparência ativa em segurança, que media a disponibilidade de informações institucionais, de planejamento, de execução e avaliação de políticas. A posição mediana, no entanto, escondia um fato grave. Em uma escala de 0 a 100, a Bahia atingiu a marca de 22% de transparência ativa, confirmando a tese de que há mais ausência de

informações do que dados disponíveis. Outro levantamento mais recente, de 2021, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Laboratório de Análises da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que mensura a qualidade dos dados de homicídios produzidos em cada estado, coloca a Bahia numa situação ainda mais desconfortável: 17ª posição entre os 27 estados da Federação. Ainda segundo esse levantamento, o estado baiano teria um bom desempenho no quesito de informações registradas (19 de 20 pontos possíveis), porém nos outros quatro quesitos — que versam sobre a conceituação de homicídios, a convergência com outras fontes, a transparência e a perda de informações — o estado tem um desempenho mediano ou baixo.

A situação exposta pelas pesquisas citadas não é difícil de ser corroborada por pesquisas individuais. O boletim diário de vítimas de homicídio tentado ou consumado, que trazia informações sobre a data e local do acontecimento, bem como sexo e idade das vítimas, há meses encontra-se fora do ar e teve sua série histórica tornada indisponível. Por sua vez, as estatísticas compiladas disponibilizadas carecem de uma periodicidade satisfatória — em janeiro deste ano, a última série publicada havia sido de setembro de 2022 — e também de um volume maior de dados.

Os tiros, mesmo quando não resultam em morte, são utilizados pelas facções para aterrorizar famílias que, quando podem, optam por mudar de bairro.

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-2438_15_enfrentamento-ao-homicidio-de-jovens/documentos/audiencias-publicas/relatorio-da-transparencia-publica-alberto

A publicação anual, a mais completa, não traz, por exemplo, nenhuma informação sobre as vítimas e nem sobre homicídios decorrentes de intervenções policiais.

Diante desse deserto de informações e da gravidade que as mortes violentas, especialmente aquelas cometidas com armas de fogo, assumiram na Bahia, organizações da sociedade civil tomaram para si o esforço de produzir informações que ajudassem a construir um diagnóstico mais verídico e, com isso, reverter a situação de violência. O Instituto Fogo Cruzado em parceria com a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas, que também integra a Rede de Observatórios de Segurança Pública, fazem parte desse esforço. Os dados apresentados neste relatório ajudam a desvendar muito do que os governos têm escondido e a pressionar por políticas de segurança mais comprometidas com a vida, a dignidade e a igualdade.

Ainda assim, o caminho para a construção de bases de dados que sejam suficientes para compreender e solucionar os padrões de violência é grande. A ausência de dados que permitam um diagnóstico preciso sobre o perfil racial e de gênero das vítimas é um importante desafio que não será solucionado apenas por essas organizações. Ele precisa estar na agenda do novo governo. 73% das pessoas baleadas identificadas pelo Instituto Fogo Cruzado não tiveram registro de qualquer identificação racial. Esse fato gera três prejuízos: (i) invisibiliza a vulnerabilização sob as quais as pessoas negras são submetidas com maior frequência; (ii) impede a produção de políticas públicas focadas em públicos

específicos e (iii) omite as dinâmicas raciais que se manifestam no plano das instituições, fenômenos que na Bahia já haviam sido identificados nas mortes por causas externas, em 2007 e nas estatísticas de homicídios, desde 2013.

Em relação ao sexo, para 2% dos baleados não houve nenhuma identificação. Portanto, há uma deficiência estrutural na produção de dados sobre as vítimas em geral, esse diagnóstico é agravado, quando notamos não haver nenhuma preocupação com o gênero das vítimas: apenas 0,2% das pessoas baleadas foram identificadas como não-binárias. Também não houve registros sobre a orientação sexual das vítimas. Portanto, o desafio em relação à identidade de gênero e orientação sexual é de outra natureza, mas igualmente problemático.

5. Conclusão

Os dados produzidos pelo Instituto Fogo Cruzado oferecem ao novo governo e à sociedade civil a oportunidade de construir políticas públicas de segurança pautadas em um diagnóstico que sinaliza que:

Os mais de 700 tiroteios contabilizados produziram 499 mortos, em apenas seis meses, números que

A ausência de dados que permitam um diagnóstico preciso sobre o perfil racial e de gênero das vítimas é um importante desafio que não será solucionado apenas por essas organizações. Ele precisa estar na agenda do novo governo.

¹¹ - SANTOS, Andrea Beatriz Silva dos. Morte por causas externas: um estudo sobre a identificação da raça/cor da pele no instituto médico legal de Salvador/Bahia, 2007. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Feira de Santana, 2007.

¹² - FERREIRA, Poliana da Silva. Uma Leitura da produção de estatísticas de homicídios em Salvador. Revista de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

explicitam a urgência de medidas para salvar vidas. A magnitude e a gravidade da violência armada requerem maior compromisso e responsabilidade por parte do Estado para compreender melhor e conter o problema. É urgente, nesse sentido, que o novo governo não apenas invista na produção e divulgação qualificada de dados, como estabeleça parcerias com a sociedade civil para enfrentar esse problema conjuntamente e coordenada.

As circunstâncias nas quais os tiroteios ocorreram na região metropolitana de Salvador mostram que as perseguições e os mais variados ataques armados em vias públicas colocam em risco pessoas de todas as idades. Mas a desproporcionalidade com a qual homens, adultos e negros são atingidos reforça a necessidade de construção de uma intervenção pública que considere a maneira segundo a qual esse grupo se torna mais vulnerável à violência letal.

A identificação da racialização da concentração dos tiroteios, além da proteção dos bairros nos quais a maioria da população é branca, são resultados da pesquisa que lançam luz para desafios de outras dimensões para enfrentarmos a violência armada. O combate à violência armada passa pelo combate ao racismo.

A letalidade policial na Bahia é um dos principais problemas a ser enfrentado, já que os dados revelaram que 34% dos mortos em tiroteios foram atingidos durante ações policiais nos últimos seis meses e apenas na região metropolitana de Salvador. Portanto, não é possível enfrentar a violência armada ignorando a contribuição direta que as polícias têm dado a ela, por meio de chacinas ou não.

A violência armada não é uma ferramenta de ação restrita às polícias ou aos grupos armados. Mas as mortes

perpetradas pela polícia figuram enquanto contrassenso, já que têm o mote da segurança, e adquirem um valor politicamente simbólico. De todo modo, nas periferias de Salvador e também de sua violenta região metropolitana, é fato que a morte por arma de fogo permeia os espaços públicos e privados da vida cotidiana — o que torna imprescindível que o Estado comece a falar sobre isso.

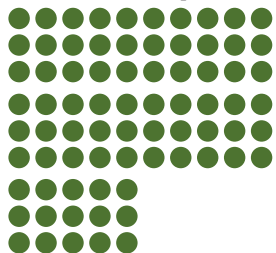
A produção qualificada de dados sobre o perfil de quem é morto ou ferido proporciona ganhos sociais e políticos que ultrapassam o conhecimento dos eventos pontuais. Ela nos dá uma dimensão estrutural de que maneira a violência armada alcança grupos específicos. Logo, a contenção deste problema passa necessariamente pelo investimento na qualificação dos dados e na divulgação sistemática de informações que tornem a transparência em torno desta questão uma das armas de seu enfrentamento.

INDICADORES DO FOGO CRUZADO

DADOS GERAIS

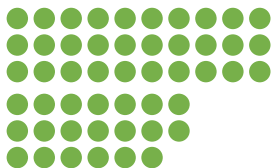
Disparos, mortos e feridos | Julho a Dezembro de 2022

Tiroteios/Disparos



753

Mortos



499

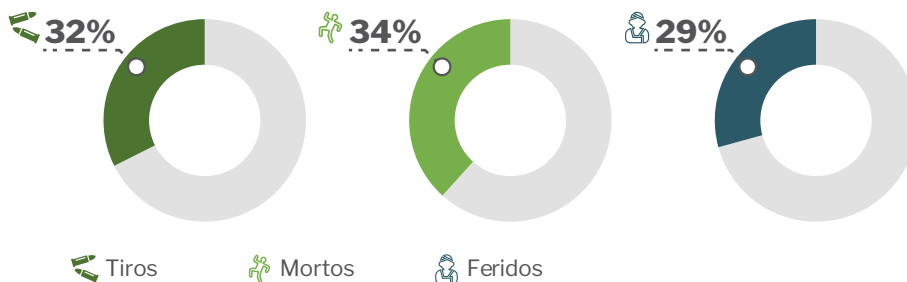
Feridos



164

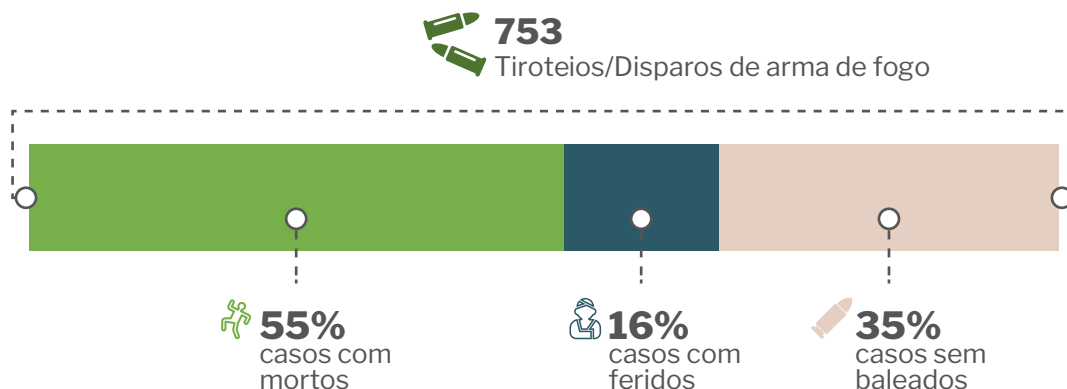
DADOS GERAIS

Casos em Ações Policiais | Julho a Dezembro de 2022



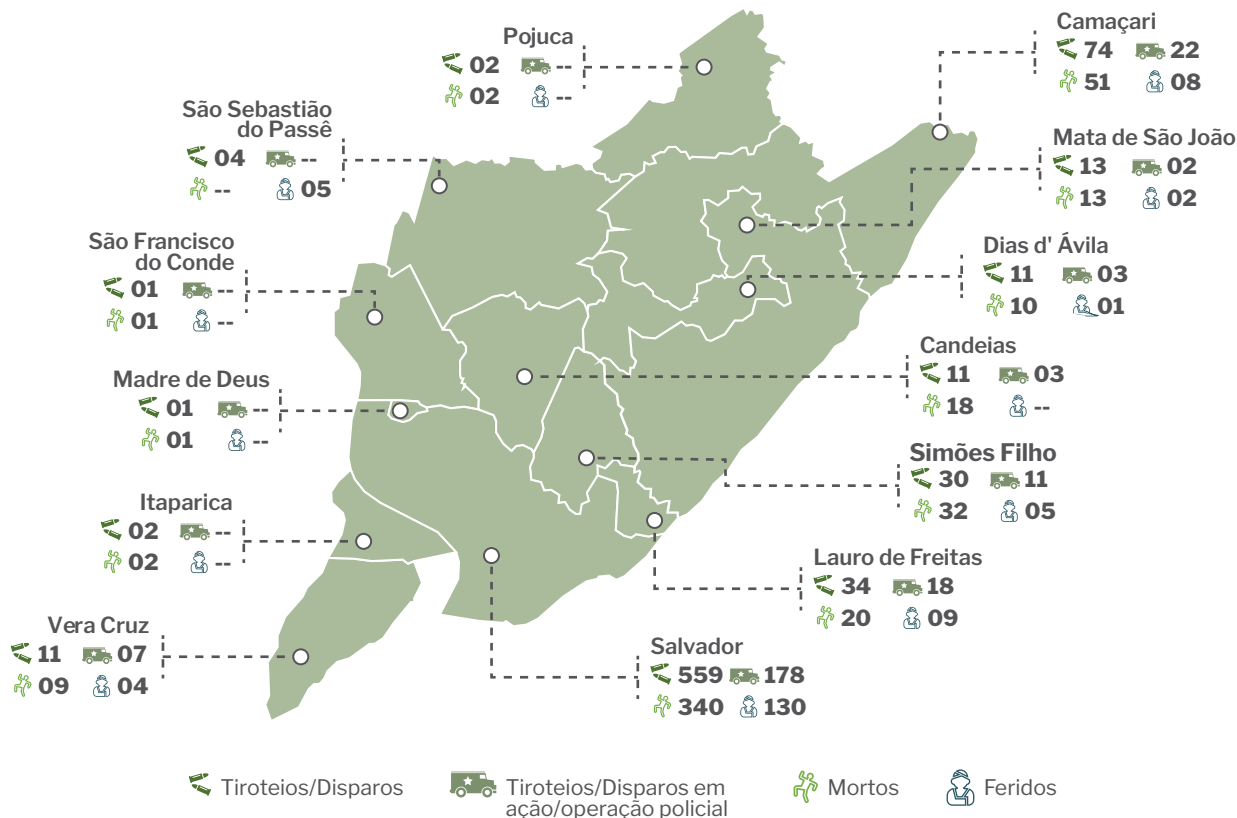
PROPORÇÕES DE CASOS

Casos com mortos, com feridos e sem baleados | Julho a Dezembro de 2022



MUNICÍPIOS

Disparos, Disparos em Ações policiais, Mortos e Feridos | Julho a Dezembro de 2022



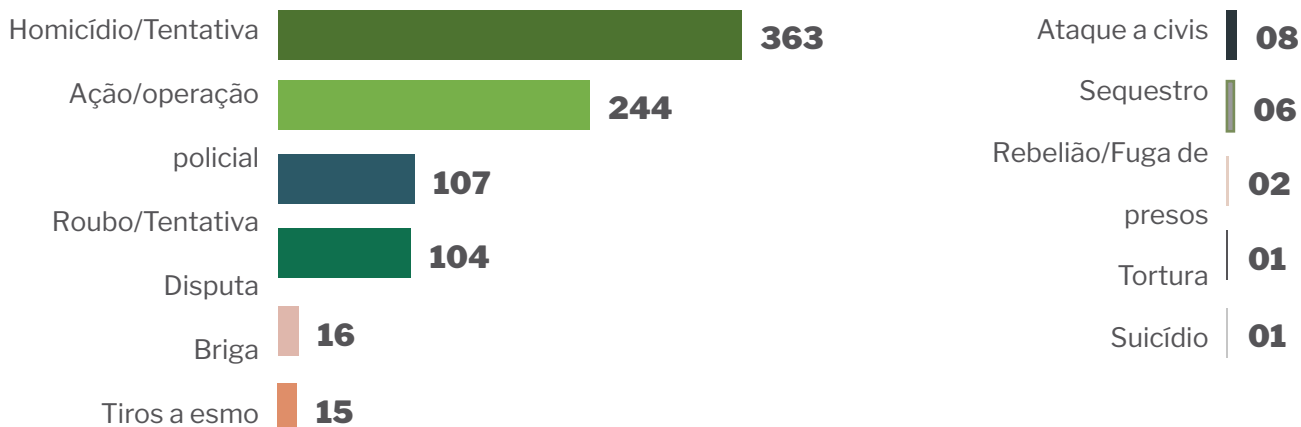
BAIRROS

Disparos, Disparos em Ações policiais, Mortos e Feridos | Julho a Dezembro de 2022

Bairro	Tiros	Ação Policial	Mortos	Feridos
Fazenda Coutos	27	02	06	02
São Cristóvão	20	07	21	01
Águas Claras	20	07	13	02
Lobato	19	06	18	03
Engenho Velho da Federação	17	05	12	16

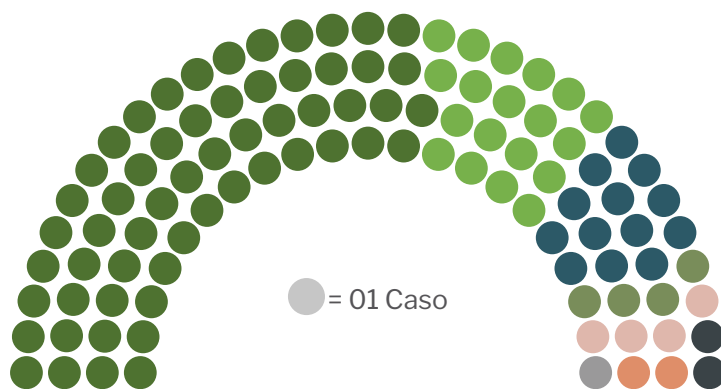
MOTIVAÇÕES

Disparos | Julho a Dezembro de 2022



INDICADORES DE CONTEXTO

Disparos | Julho a Dezembro de 2022



● Perseguição	58
● Ataques armados sob rodas	19
● Bar	13
● Femicídio	04
● Tiroteio contínuo	04
● Ataque a político	02
● Presídio	02
● Shopping	01

CHACINAS

Casos e mortos | Julho a Dezembro de 2022

 **18**
Chacinas



72% em situações de ação/
operação policial

 **60**
Mortos



75% em situações de ação/
operação policial

BALA PERDIDA

Baleados | Julho a Dezembro de 2022



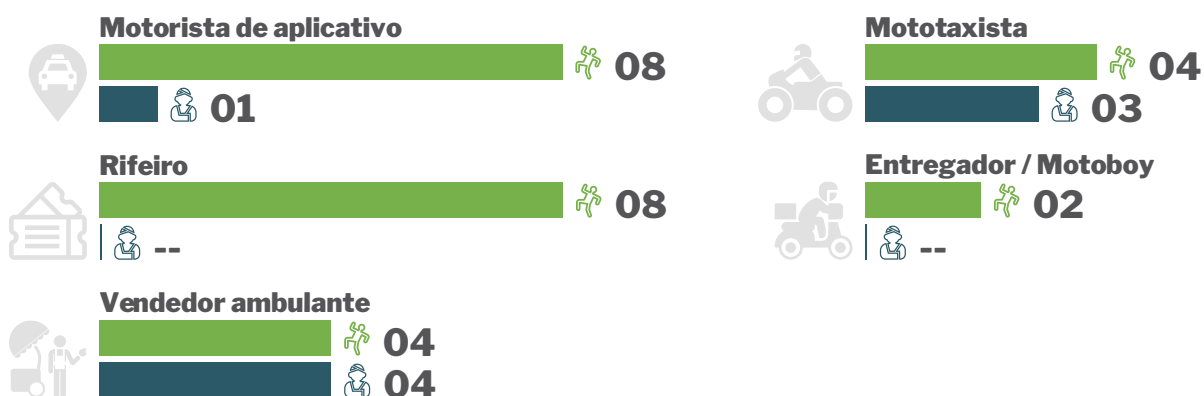
LOCAL DE VITIMIZAÇÃO

Mortos e feridos | Julho a Dezembro de 2022



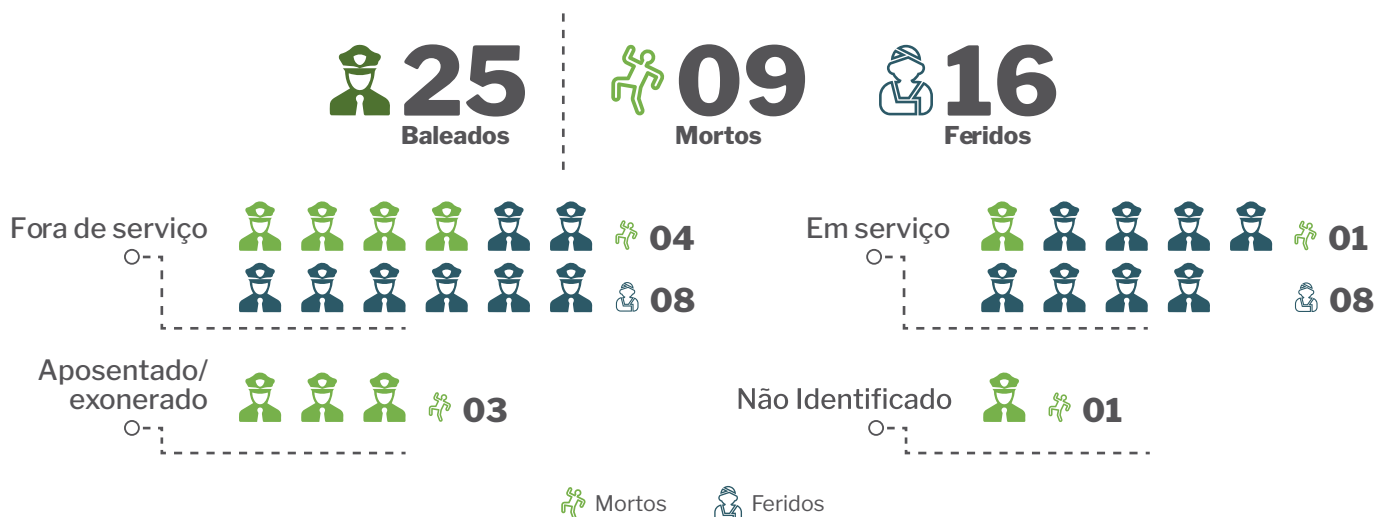
TRABALHADORES INFORMAIS

Mortos e feridos | Julho a Dezembro de 2022



AGENTES DE SEGURANÇA

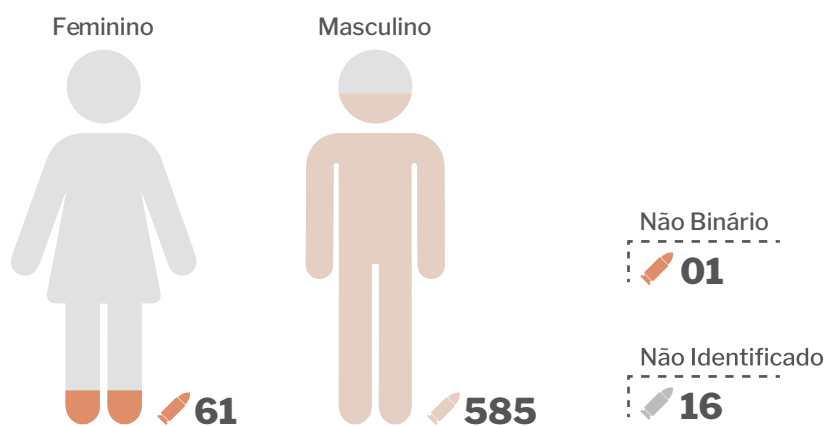
Mortos e feridos | Julho a Dezembro de 2022



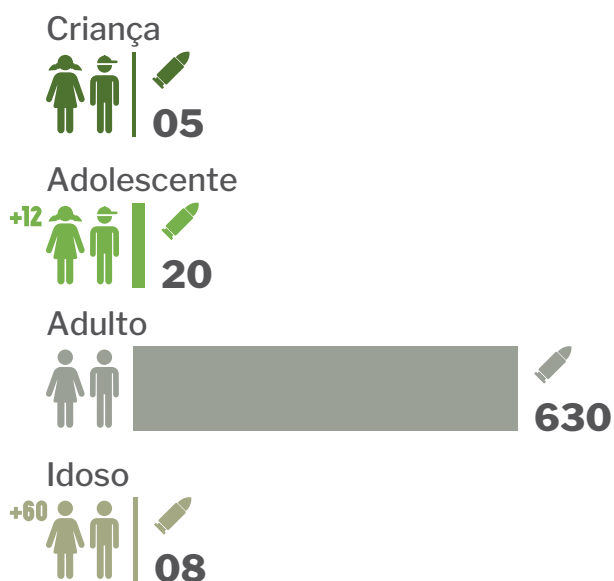
PERFIL DAS VÍTIMAS

Total de baleados | Julho a Dezembro de 2022

Gênero



Faixa etária



Raça



METODOLOGIA

O Instituto Fogo Cruzado criou uma metodologia inédita para o registro colaborativo e sistemático de episódios de violência armada e suas consequências. Atualmente a organização atua nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Essa iniciativa desponta no cenário brasileiro pelo seu pioneirismo na combinação de duas estratégias bem-sucedidas:

I. Promoção de autonomia da sociedade no registro da violência armada (em suas diversas circunstâncias);

II. Curadoria, análise e divulgação responsável das informações, com mecanismos de checagem adequados que garantem confiabilidade aos dados.

A rotina do serviço prestado é baseada no tripé: coleta de dados sobre tiroteios, sistematização das informações em base de dados própria e disseminação do conhecimento produzido. Para tanto, o instituto disponibiliza um aplicativo gratuito exclusivo e site multifuncional e mantém forte presença nas redes sociais.

Cada região metropolitana onde o Fogo Cruzado atua conta com uma equipe responsável por monitorar, diariamente, casos de tiroteios através das nossas fontes. As informações são coletadas: 1) via usuários - através do aplicativo e redes sociais; 2) via imprensa e 3) via informações públicas dos órgãos de segurança.

Uma vez notificado sobre um tiroteio, o analista do Fogo Cruzado checa a veracidade da informação, de acordo com os critérios pré-estabelecidos pela organização, antes

de cadastrá-la no banco de dados. Nessa etapa, os analistas buscam analisar uma série de características dos episódios de violência armada, bem como avaliam marcadores geográficos e temporais para evitar duplicações.

Os dados sistematizados na base de dados sobre violência armada exclusiva do Fogo Cruzado são disponibilizados para a população em múltiplos formatos:

I. Em sua forma bruta através da API e da ferramenta de pesquisa da mesma.

II. Em forma de estatísticas através de ferramenta própria no site.

III. Em forma de indicadores de tendências em tempo real através de postagens em nossas redes sociais.

IV. Em forma de levantamentos temáticos através da seção de notícias do nosso site.

V. Em forma de levantamentos acumulados de períodos em nossos relatórios mensais, semestrais e anuais.

VI. E, finalmente, por e-mail sob demanda de jornalistas, organizações da sociedade civil, gestores públicos ou qualquer cidadão interessado.

FICHA TÉCNICA

FOGOCRUZADO

Cecília Olliveira
Diretora executiva

Maria Isabel Couto
Diretora de dados e transparência

Marianna Araujo
Diretora de comunicação e inovação

Gestão
Davi Arloy
Coordenador de gestão

Leticia Wolowski
Assistente de gestão

Comunicação
Diogo Santos
Coordenador de comunicação de impacto

Yuri Eiras
Redator

Juliana Aguiar
Analista de redes

Gabrielli Thomaz
Assessora de imprensa

Lorrayne Costa
Designer

Dados e pesquisa
Rafael Coletto
Assistente de dados

Iris Rosa
Assistente de pesquisa

Davi Santos
Analista de TI

Equipe BA
Tailane Muniz
Coordenadora

Brigitte Barreiro
Ominlandê Onawale
Maiara Pedral
Vanessa Rocha
Analistas de dados

 @fogocruzadobr

  @fogocruzado

 @fogocruzadoba

INICIATIVA NEGRA

Nathália Oliveira
Diretora executiva

Dudu Ribeiro
Diretor executivo

Ana Carolina Santos
Coordenadora de gestão

Carla Pacheco
Coordenadora administrativa financeira

Thais Miranda
Recursos humanos

Ana Míria Carinhonha
Coordenadora de programas e de pesquisa

Dandara Sousa
Assessora de projetos

Belle Damasceno
Larissa Neves
Pesquisadoras

Bruna Andrade
Jade Christinne da Costa
Juliana Borges
Luciene Santana
Assessoras de articulação política

Letícia Vieira
Coordenadora de comunicação

Adrielle do Carmo
Redatora

 @iniciativa_negra

  @iniciativanegra

SOBRE

O FOGO CRUZADO

O Fogo Cruzado é um Instituto que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos e colaborativos sobre violência armada, fortalecendo a democracia através da transformação social e da preservação da vida.

Com uma metodologia própria e inovadora, produzimos mais de 30 indicadores inéditos sobre violência nas regiões metropolitanas do Rio, do Recife e de Salvador.

Através de um aplicativo de celular, o Fogo Cruzado recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios, checadas em tempo real, que formam o maior banco de dados aberto sobre violência armada da América Latina. Essas informações podem ser acessadas gratuitamente pela API do Instituto ou dos relatórios que produzimos mensalmente.

A INICIATIVA NEGRA

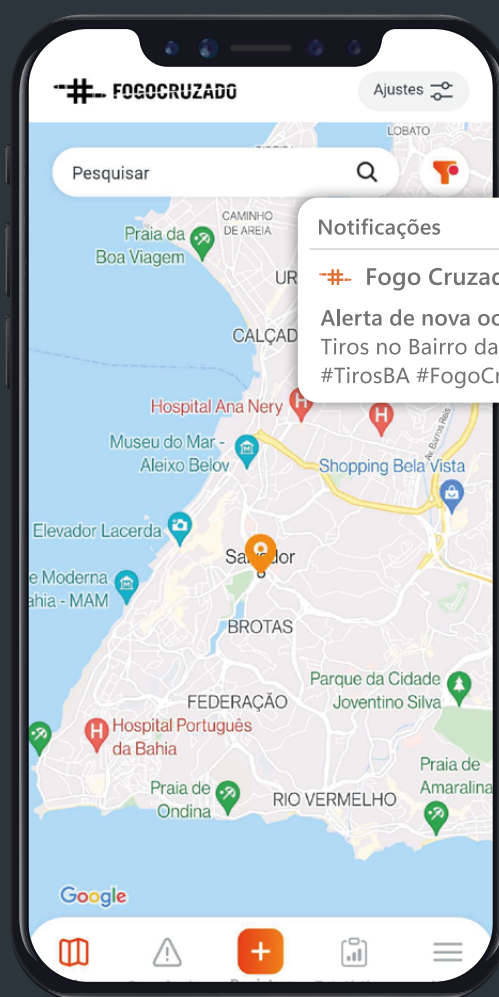
A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas.

Inicialmente como um projeto, hoje a Iniciativa está consolidada como a primeira ONG negra do país a assumir o compromisso de diagnosticar e apontar soluções pacíficas para uma reforma da política sobre drogas a partir da perspectiva racial. Para nós, a chamada “guerra às drogas” no Brasil é a principal justificativa política para a manutenção da opressão racial sobre a população negra.

Com foco nas agendas nacionais e regionais de segurança pública, sistema de justiça e saúde mental, o trabalho da Iniciativa Negra consiste em fortalecer a democracia brasileira e assegurar os direitos de populações historicamente discriminadas, como negros, indígenas e habitantes de periferias.

VAI SAIR DE CASA E QUER SABER ONDE TEVE TIRO?

O Fogo Cruzado te conta.



Baixe o app

